

**IV ENCONTRO DE PESQUISA JURÍDICA: O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,  
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO – SÉRIE ESPECIAL CRISES E CONFLITOS  
INTERNACIONAIS, Ed. 7, Ribeirão das Neves/MG**

---

## **A PERSEGUIÇÃO AO POVO ROHINGYA EM MIANMAR**

### **Autor(res)**

Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto  
Rodrigo Junio Rocha  
Habib Ribeiro David  
Felipe De Almeida Campos  
Cintia Batista Pereira

### **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

### **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

### **Introdução**

A perseguição ao povo Rohingya em Mianmar constitui uma das mais graves crises humanitárias da atualidade. Desde 2017, milhares de pessoas foram forçadas a fugir em razão de ataques militares, execuções, estupros e destruição de vilas, evidenciando graves violações de direitos humanos. A exclusão dos Rohingya da Lei de Cidadania de 1982 os tornou apátridas, negando-lhes acesso a direitos fundamentais como educação, saúde e liberdade de locomoção. Essa realidade demonstra um processo de discriminação institucionalizada e de violência sistemática que desafia o Direito Internacional dos Direitos Humanos, o Direito Penal Internacional e o Direito Internacional Humanitário.

### **Objetivo**

Analizar os aspectos jurídicos da perseguição ao povo Rohingya, com ênfase na responsabilização internacional de Mianmar, na apátrida, na discriminação institucionalizada e na tipificação de crimes internacionais, como genocídio e limpeza étnica.

### **Material e Métodos**

A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental, utilizando relatórios da ONU, ACNUR, Oxfam e Médicos Sem Fronteiras, além de tratados e normas internacionais como o Estatuto de Roma, a Convenção sobre Genocídio, a Convenção sobre Apátridio e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. A metodologia adotada é qualitativa, com análise crítica dos dispositivos legais e das evidências relatadas por organismos internacionais. Também foi examinado o contexto constitucional de Mianmar, especialmente a Lei de Cidadania de 1982, que exclui os Rohingya dos grupos étnicos reconhecidos pelo Estado.

### **Resultados e Discussão**

A análise revelou que as ações do governo de Mianmar configuraram múltiplas violações ao Direito Internacional, caracterizando práticas de genocídio e limpeza étnica conforme o Estatuto de Roma. A exclusão dos Rohingya da cidadania e a violência sistemática contra civis apontam para uma política estatal de eliminação étnica. A ação

## **IV ENCONTRO DE PESQUISA JURÍDICA: O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE, O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO – SÉRIE ESPECIAL CRISES E CONFLITOS INTERNACIONAIS, Ed. 7, Ribeirão das Neves/MG**

---

movida por Gâmbia na Corte Internacional de Justiça reforça a responsabilização internacional de Mianmar por violações à Convenção sobre Genocídio. A apátrida imposta ao grupo agrava sua vulnerabilidade e viola tratados internacionais de proteção à nacionalidade. No campo constitucional, observa-se discriminação legalizada e ausência de garantias mínimas de igualdade. O Direito Internacional Humanitário também se aplica, considerando os deslocamentos forçados e ataques a civis em contexto de conflito armado interno.

### **Conclusão**

A situação dos Rohingya demanda uma resposta jurídica coordenada e multidisciplinar. A responsabilização internacional de Mianmar e a restauração dos direitos do povo Rohingya são essenciais para garantir justiça e prevenir futuras atrocidades. O reconhecimento da cidadania, a reparação integral e o fortalecimento dos mecanismos de proteção internacional são medidas urgentes e indispensáveis.

### **Referências**

ACNUR Brasil. Emergência em Rohingya. Disponível em: <https://www.acnur.org.br/emergencias/rohingya>

Oxfam Brasil. Três anos após início da crise: como estão os refugiados Rohingya? Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/tres-anos-apos-inicio-da-crise-como-estao-os-refugiados-rohingya/>

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. Relatório sobre os Rohingya. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/em-relatorio-lancado-por-msf-pessoas-rohingya-revelam-falta-de-perspectiva-para-o-futuro/>

ONU. Relatório da Missão Internacional Independente sobre Mianmar (2018).

Estatuto de Roma (1998); Convenção sobre Genocídio (1948); Convenção sobre Apatridia (1954).